

DESAFIOS EFPCs 2019

Investimentos e Solvência



O jornal diário dos
ancepianos.
14 de março - 8h30

DESAFIOS 2019: SÉRIE DE SEMINÁRIOS CHEGA AO FIM AJUDANDO A CONSOLIDAR CONQUISTAS E ABRINDO NOVAS PORTAS



Um evento da maior importância, a quinta e última apresentação do seminário **Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência**, ontem, em São Paulo, foi palco de uma notícia há muito aguardada: a PREVIC convidou a ANCEP e a ABRAPP para participarem do grupo de trabalho que irá contribuir para o desenho das normas que ainda faltam para tornar operacional o novo plano de contas, informou o Presidente Roque Muniz Andrade (primeiro à esquerda na foto, tendo ao lado Peter Gonçalves, chefe do escritório da autarquia em São Paulo; Devanir Silva, Superintendente-geral da Abrapp e Luis Ricardo Marcondes Martins, Presidente da Abrapp), destacando a presença no auditório na capital paulista de perto de 90 dirigentes e profissionais de entidades. Somando as 5 edições, o público reunido superou três centenas e meia de participantes.

O Presidente Luís Ricardo enalteceu as parcerias e as apontou como uma importante causa do bom momento que o sistema vive hoje. Sublinhou a contribuição da ANCEP para os estudos e os debates técnicos, que a seu ver tanto contribuem para a superação dos obstáculos e a obtenção de tantas conquistas. Avaliou que a PREVIC "tem evoluído muito, especialmente a partir da adoção da supervisão baseada em risco, razão porque faz ainda menos sentido uma eventual fusão sua com a Susep". Mesmo porque, acrescentou, ambas as autarquias cuidam de sistemas cujas naturezas são diversas e oferecem produtos claramente diferentes.

Ao contrário, frisou que a ABRAPP defende um maior fortalecimento da PREVIC, a sua efetiva transformação em um órgão de Estado voltado para o longo prazo. Nesse sentido, explicou que esse aspecto e o conjunto do pensamento da ABRAPP, claramente favorável à reforma da Previdência mas com objeções à desigual concorrência que se parece querer estabelecer entre o nosso sistema e os produtos financeiros ofertados por bancos e seguradoras, estão sendo apresentados em reuniões com integrantes da equipe econômica.

Destacou não só as oportunidades que surgem de fomentar o sistema a partir da reforma da Previdência, como conquistas recentes como a atratividade dos planos familiares setoriais, a flexibilidade do "Prev-Sonho", a proteção do CNPJ por plano, o passo adiante proporcionado pela autorregulação, entre outros notáveis avanços, todos contribuindo a seu modo para que a previdência complementar em sua vertente sem fins lucrativos ingresse em um novo momento.

Peterson traçou um quadro geral da forma de atuar da PREVIC, salientando o cuidado em se mostrar cada vez mais técnica e capaz de interagir com o sistema. Como mostra dessa interação, citou o fato de um número expressivo de funcionários da autarquia sediados em São Paulo encontrar-se no auditório acompanhando o seminário.

Esse caráter técnico foi sublinhado também pelo atuário Antônio Fernando Gazzoni, diretor da Mercer, chamando a atenção para o fato de que as cinco apresentações do seminário tinham exatamente o intuito de, em apoio a essa tecnicidade, esclarecer dúvidas suscitadas não só pela enxurrada de novos normativos, mas também por uma conjuntura desafiante.

Desafios que, observou Jorge Simino, diretor de Investimentos da Fundação Cesp - em cujo auditório se realizava o seminário - devem ser enfrentados não apenas pela busca de maiores retornos nem sempre possíveis nos investimentos, mas também por meio de uma melhor adequação das taxas do passivo. "As soluções podem ser encontradas também pelo lado do passivo", observou.

Seguiram-se uma manhã e uma tarde inteiras de exposições e debates, de um lado alguns dos maiores especialistas da Mercer e, de outro, um público que buscou ativamente o debate e o esclarecimento de dúvidas, além de representantes da PREVIC dispostos e ouvindo e a orientar sobre os mais diversos temas levantados.

As seguidas manifestações do público deixaram particularmente claros dois aspectos. O primeiro é o crescente interesse em se debater a sustentabilidade das entidades no longo prazo e, o segundo, o desejo de se saber cada vez mais a respeito da gestão dos riscos, tanto os que envolvem os investimentos, mas também os que dizem respeito aos compromissos expressos no passivo.

Conselho Federal de Contabilidade cria Comissão de Ciência e Tecnologia

Para acompanhar o impacto das transformações tecnológicas sobre a profissão contábil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu, por meio de portaria, a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, que realizou a sua primeira reunião, na sede do CFC, em Brasília (DF).

A comissão terá, dentre outros objetivos, analisar e tratar os impactos da inteligência artificial e vislumbrar horizontes para a profissão, além de promover a discussão sobre a necessidade de regulamentação específica do uso de novas tecnologias pelos profissionais, sob a perspectiva da ética, da inovação e do mercado de trabalho.

Um dos pontos abordados foi a revisão da regulação. Há três aspectos que merecem ser discutidos: primeiro, a perspectiva sob o ponto de vista ético; o segundo, sob o ponto de vista profissional e a relação com o cliente; e o terceiro, uma norma técnica que trate sobre o tema. (CFC-ANCEP)

Guedes adverte que reforma da Previdência aguada pode colocar em risco a capitalização

Em uma cerimônia ontem em Brasília veio o alerta do Ministro da Economia, Paulo Guedes: Ele afirmou nesta quarta-feira que se reforma da Previdência for desidratada ao ponto de render uma economia de 500 bilhões de reais em uma década, ante o montante de pelo menos 1 trilhão de reais almejado pelo governo, não será possível lançar o sistema de capitalização. Os jornais **DCI** e **VALOR ECONÔMICO** chamam a atenção para particularmente um ponto: "Isso acabará condenando as futuras gerações", completou Guedes.

Um segundo alerta veio, aponta **O ESTADO DE S. PAULO**, do presidente da frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Alceu Moreira (MDB-RS): "Nós não teremos céu de brigadeiro na relação da reforma da Previdência, a gente sabe disso. Porque, na verdade, tem um contencioso de relação de natureza política e as pessoas vão tirar proveito desse debate".

Mas as coisas andam. Ontem, o Ministério da Defesa encaminhou a proposta de reforma do sistema dos militares para a equipe econômica, onde se prevê a ampliação do tempo mínimo de permanência na carreira de 30 para 35 anos. Para isso, é proposta a criação de um novo posto, de sargento-mor, com adicionais de salários que variam conforme os postos e graduações, como forma de recompensar, segundo o ministério, a exigência, a responsabilidade e o tempo que o militar fica disponível, além de ajustar os valores dos cursos de capacitação dos militares. Pela proposta, além disso a contribuição previdenciária sobe dos atuais 7,5% para 10,5% e passa a ser cobrada de todos, incluindo alunos de escolas militares, recrutas e pensionistas. O desconto referente a assistência médica e pensões passa para 14%.

Há até mesmo espaço para um certo otimismo. Eleito o presidente da Comissão de Constituição e Justiça nesta quarta-feira, 13, o deputado Felipe Francischini (PR) afirmou que a reforma da Previdência, principal proposta que passará pelo colegiado, é "o que vai salvar o país a longo prazo". Ele disse acreditar que a proposta poderá ser votada pelo colegiado até o fim deste mês.

A previsão, segundo líderes ouvidos pela **FOLHA DE S. PAULO**, é de que o relatório seja votado entre os dias 22 e 29 de março. A diferença de uma semana, dizem, tem a ver com o projeto que muda as regras da aposentadoria de militares.

A composição da comissão é favorável à reforma, mas aliados avaliam que o governo precisa trabalhar para obter uma margem larga de votos de aprovação ou sairá enfraquecido para a comissão especial, onde o debate deve ser mais tensionado.

Em um balanço feito pelo **VALOR ECONÔMICO**, o texto da reforma da Previdência enviado pelo governo à Câmara tem o apoio incondicional de 95 deputados federais. Outros 54 concordam com grande parte da redação, mas têm restrições. O governo tem amplo espaço para buscar apoio, porque 220 deputados são classificados como indefinidos.

INSS dedica 15% de seu orçamento às aposentadorias e pensões conseguidas através de ações judiciais

Responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos trabalhadores do setor privado, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gasta R\$ 92 bilhões por ano, o equivalente a 15% de seu orçamento, com benefícios obtidos por meio de ações judiciais, traz o **VALOR ECONÔMICO**.

Para controlar essa despesa e fechar brechas para fraudes, o governo quer mudar a Constituição de forma a impedir que processos contra o INSS sejam julgados em varas estaduais.

Hoje, a legislação diz que, nas localidades onde não há vara federal, a Justiça Comum (estadual) pode ser acionada. A ideia é transferir também as ações sobre acidentes de trabalho à Justiça Federal. "Muitas das fraudes contra a Previdência envolvem a Justiça Estadual", disse ao Valor o presidente do INSS, Renato Vieira.

